

PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO RESISTÊNCIA AO MODELO AGRÍCOLA CONVENCIONAL

BREVE REFLEXÃO SOBRE O PROJETO ATER NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO GODÓI

Rejane Inês Kieling

Cidonea Machado Deponti

Resumo: Pensar o desenvolvimento rural requer a busca por alternativas construídas pelos atores envolvidos no processo. A perspectiva da resistência compreende que ações simples podem se contrapor ao modelo de agricultura industrial. O presente artigo tem como objetivo principal identificar elementos de aproximação entre a produção orgânica dentro dos princípios da ciência agroecológica com as perspectivas da resistência e dos meios de vida. Como base empírica foi usado o projeto ATER no município de Cândido Godói (RS), em foram realizadas entrevistas com representante da EMATER e produtora participante, as quais sinalizaram pontos que podem representar potencialidades para que a cultura agroecológica seja inserida nessa comunidade com a participação efetiva dos participantes.

Palavras-chave: Produção orgânica; resistência; desenvolvimento rural

Introdução

O presente artigo tem como base teórica a perspectiva da resistência, a qual se sustenta na ideia de que ações simples podem exercer contraponto a modelos dominantes. Sendo importante ferramenta para analisar estruturas rurais que se encontram fora do sistema capitalista de produção ou até mesmo estruturas consideradas mistas, uma vez que estas também podem introduzir formas alternativas de produção, tais como a agricultura orgânica. Além das questões voltadas ao sistema produtivo propriamente dito, a perspectiva da resistência se alia a perspectiva dos meios de vida, compreendendo qualidade de vida além da estreita visão monetária.

O presente artigo busca aproximar a perspectiva da resistência com o projeto ATER Agroecologia que está sendo aplicado pela EMATER na localidade chamada Linha Acre no município de Cândido Godói, envolvendo 25 famílias. Nosso objetivo principal é demonstrar a aplicabilidade dos conceitos relacionados a essa perspectiva. Mesmo tratando-se ainda de um projeto em fase inicial, já é possível traçar alguns elementos de aproximação.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, a pesquisa realizada primou por uma abordagem qualitativa. Para realização da pesquisa, fez-se uso das técnicas de pesquisa documental e entrevista. Optou-se pela realização da entrevista semiestruturada, que permite, segundo Lakatos e Marconi (2006), a liberdade para que o pesquisador desenvolva cada situação na direção que julgar adequada, e a utilização de perguntas abertas que podem ser respondidas a partir de uma conversação informal. Os sujeitos de pesquisa foram uma produtora participante do projeto e o representante da EMATER, responsável pela execução do projeto na localidade de Linha Acre, Cândido Godói.

Não temos a pretensão de dar o assunto por encerrado, muito antes pelo contrário, este é um primeiro passo para uma pesquisa que merece maior profundidade a medida que o projeto avance na execução de suas etapas.

Dividimos o artigo em duas seções. Na primeira trouxemos os principais conceitos relacionados à perspectiva da resistência, interessando-nos liga-los a percepção do indivíduo como ator social. Na segunda seção nos debruçamos em questões vinculadas a ciência agroecológica, procurando refletir sobre a possibilidade de o sistema orgânico de produção poder ser uma forma de resistência. E na sequência da mesma seção apresentamos os resultados das entrevistas realizadas com o representante da EMATER do município de Cândido Godói e produtora participante do projeto. As entrevistas foram realizadas com envio de questionário via e-mail com perguntas estruturadas.

1. Resistência e meios de vida na pequena propriedade rural familiar

Foi somente a partir dos anos 1990 que surgiram pesquisas dedicadas à compreensão das estruturas agrícolas como unidades familiares (DEPONTI, 2007). Apesar de relativamente recente o termo “agricultura familiar” está no centro do debate sobre desenvolvimento rural. Atualmente no Brasil a agricultura familiar faz parte de políticas públicas específicas, tendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como seu órgão representativo.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como competências: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

As circunstâncias políticas que levaram à criação dos órgãos que culminaram na instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário são ligadas à necessidade de se legitimar, como políticas de Estado, as questões agrárias e fundiárias, além de responder às demandas da sociedade e dos movimentos sociais por políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na agricultura familiar. (www.mda.gov.br)

Contudo, a utilização do termo “agricultura familiar” não é consenso entre autores que se dedicam a pesquisas relacionadas ao tema. Em estudo comparativo entres a perspectiva camponesa, marxista e neomarxista a autora (DEPONTI, 2007) identifica diferentes usos do termo de acordo com a aproximação teórica de cada autor. A autora destaca que Maria Nazaré Wanderley mais inclinada à perspectiva camponesa utiliza os termos agricultor familiar e camponês, já Graziano da Silva, cujas interpretações podem ser associadas mais com a perspectiva marxista aceita pequeno-produtor, camponês e agricultor familiar como sinônimos e para autores com identidade teórica da perspectiva neomarxista existem diferenças na utilização do termo. Delma Pessanha Neves utiliza agricultor familiar e produtor, Bruno Jean utiliza agricultor familiar moderno e Sérgio Schneider usa agricultor familiar e formas familiares.

Como o foco do presente artigo são os pequenos produtores rurais, reconhecemos a perspectiva camponesa como a mais adequada aproximação com nosso objetivo de defender a produção orgânica como forma de resistência.

Segundo (DEPONTI, 2007, p. 3)

A perspectiva camponesa dedica-se ao estudo do agricultor familiar como um personagem que, embora tenha capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos econômicos e sociais, não está despido de seus traços camponeses, encontrando-se revestido de suas raízes e tradições.

Explica ainda que,

(...) a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário, subalterno na sociedade brasileira, sendo historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, pois quem se impôs como modelo dominante foi a grande propriedade. Tal fato leva o campesinato ao longo de sua história a utilizar estratégias em busca de um espaço próprio. Para isso, tanto no passado quanto atualmente, há uma preocupação do camponês não apenas com a subsistência (autoconsumo),

mas também com o acesso ao mercado, almejando uma atividade mais estável e rentável, a fim de afastar a precariedade estrutural e a instabilidade do sistema de produção (...).
(DEPONTI, 2007, p.4)

Entendemos que será dentro desse grupo de atores que encontraremos indivíduos potencialmente capazes para promover movimentos “contra a maré” do sistema de produção agrícola convencional, exercendo uma espécie de resistência ao modelo de produção de *commodities*. (PLOEG, 2008)

A palavra *resistência* talvez remeta à imagem de utilização de força por grupos organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outros. O mesmo autor explica, contudo, que a

resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrupe bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré. (PLOEG, 2008, p.289)

A perspectiva da resistência dialoga com a abordagem dos “meios de vida” ou “*livelihoods*”, defendida por uma geração de estudos otimistas do início dos anos 1990. A análise do comportamento dos indivíduos é feita de uma forma mais ampla, com o objetivo de demonstrar suas habilidades para sobreviver mesmo em situações adversas. O foco de análise coloca questões como renda e disponibilidade de recursos em segundo plano, levando em consideração os meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com a adversidade. Os autores (SCHNEIDER e PERONDI, 2012, p. 118) explicam que “fortalecer os meios de vida implicaria criar mecanismos de diversificação das opções de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choque ou vulnerabilidades”.

Perondi et al, (2007, p. 3) esclarecem que,

A abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) é uma ferramenta analítica que está sendo utilizada com maior ênfase nos estudos sobre a pobreza rural no mundo, principalmente, no continente africano, pois apresenta uma grande efetividade em explicar “como” afinal as pessoas fazem para sobreviver em situações de risco e/ou crises ambientais, sociais ou econômicas.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 - inspirou os autores (CHAMBERS E CONWAY, 1992) a associarem o tema “meios de vida” com o da sustentabilidade, cunhando o termo “meios de vida sustentável” (*sustainable livelihoods*), atribuindo três condições para que um meio de vida pudesse ser considerado sustentável:

(a) suportar as crises mantendo elevadas as suas capacidades e ativos; (b) prover um meio de vida sustentável para a próxima geração; e (c) contribuir em rede com benefícios para outros meios de vida em nível local e global no curto e no longo prazo.

Essa sustentabilidade dos meios de vida poderia ser tanto numa perspectiva ambiental como social. A primeira, ao avaliar os impactos externos de um meio de vida sobre os outros meios de vida e a segunda ao se avaliar a capacidade interna de um meio de vida resistir à pressão externa, isto é, numa situação de crise. (SCHNEIDER e PERONDI, 2012, p. 121)

Conforme Schneider e Perondi (2012) os autores Chambers e Conway (1992) associam ainda a ideia de sustentabilidade dos meios de vida a outros dois conceitos: capacidade e equidade. Meio de vida sustentável seria a combinação desses três conceitos.

[...] As capacidades são um fim e um meio dos meios de vida: um meio de vida provê o apoio para o crescimento e exercício das capacidades (como fim) e; capacidades (como meio) habilitam o ganho de um meio de vida. Equidade é ambos como fim e como meio: qualquer definição mínima de equidade tem que incluir um adequado e decente meio de vida para todos (como fim) e; a equidade em ativos e acesso é uma condição prévia (meio) para ganhar um adequado e decente meio de vida. Também, sustentabilidade é fim e meio: a sustentabilidade dos recursos é um valor (ou fim) em si mesmo e; provê condições (meio) para o meio de vida ser sustentável para as gerações futuras. (CHAMBERS e CONWAY, 1992, p.5 *apud* SCHNEIDER e PERONDI, 2012, p. 128)

A definição apresentada anteriormente consiste em uma combinação de conceitos. Questionamos, entretanto, se a amplitude e a complexidade que os envolvem sejam capazes de promover ações práticas. A concepção de meios de vida deve estar relacionada a promoção de ações que valorizem a “bagagem” dos indivíduos, buscando recuperar valores e modos de vida que lhes foram passados por seus antecedentes, e acima de tudo seu relacionamento com o meio ambiente, onde ele mesmo está inserido. Pensamos em

ações simples, mas cheias de significado para as pessoas envolvidas, em que possam ser protagonistas de um processo de construção e/ou reconstrução do seu espaço, compreendendo o espaço como uma construção social em que “nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo, mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica” (BRANDÃO,2012, p. 65).

O desenvolvimento rural, visualizando-o como um processo e não como fim, deve trilhar o caminho do fortalecimento da dignidade dos indivíduos. Ploeg (2008) em seu livro “Camponeses e impérios alimentares” demonstra imagens em que aparecem camponeses utilizando ferramentas rústicas, o autor conclui que por trás das imagens, aparentemente arcaicas, existe orgulho e dignidade. Acreditamos que sejam valores não monetários e não mensuráveis, que se aliam ao processo produtivo e gradativamente provoquem um sentimento de liberdade sobre a condução de suas vidas. Dessa forma a abordagem dos meios de vida pode ser melhor compreendida a partir da noção das capacitações de Amartya Sen.

Conforme Schneider e Perondi (2012, p. 128, 129):

O que Amartya Sen propõe é uma abordagem compreensiva baseada na forma de vida que a pessoa realmente leva independente se a estratégia é equitativa e sustentável. Compreender a abordagem das capacitações implica considerar os aspectos das heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais e sociais, e questões subjetivas, como as diferentes visões de mundo (perspectivas relativas), sendo os princípios constituintes dessa abordagem: os funcionamentos e as capacitações. Funcionamentos são as várias coisas que uma pessoa pode ser ou fazer, ou seja, podem ser identificados nos requisitos de bem-estar como o de estar bem nutrido até os mais complexos como a autoestima.

A abordagem dos meios de vida vista sob a luz das capacitações de Amartya Sen lança novo olhar sobre as possibilidades de recuperação do espaço rural, em que os agricultores consigam perceber oportunidades que podem ir além da agricultura, promovendo dessa forma resistência ao modelo tradicional, imprimindo sua marca no tempo e no espaço, contribuindo para a morfologia da paisagem do território a que pertence. Conforme HAESBAERT (2002):

[...] todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade histórica e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais [...] [a territorialidade] vincula os homens ao meio, à terra, ao espaço. (HAESBAERT, 2002, p.117)

Ao encontro da ideia de construção social do espaço, os autores Schneider et al (2009, p.140) mencionam como possibilidade prática de reconstrução do espaço rural, a pluriatividade, a qual serve, segundo esses autores para

mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor multifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental e à própria dinamização do espaço rural.

Os autores concluem que as famílias pluriativas são agentes capazes de frear o êxodo das áreas rurais, dando novo significado ao próprio processo de produção rural. Nesse sentido nos aliamos às conclusões de Mendras (1969, p. 37) sobre a dificuldade que o camponês emigrante apresenta para se adaptar ao trabalho nas fábricas. “Os filhos de camponeses, tendo já exercido alguma atividade agrícola, manifestam menos facilidade para integrar-se na vida industrial e vice-versa. A instabilidade profissional é muito maior entre operários de origem agrícola(..)”

Os autores (SCHNEIDER et al,2009, p.141) explicam que a

pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. “A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas.

Consideramos que a produção orgânica seja potencialmente capaz de introduzir novos ângulo de visão sob o meio em que os pequenos agricultores vivem. Nossa hipótese se fundamenta na ideia de que a vivência de práticas ligadas à ciência agroecológica, dentro de um ambiente coletivo, de trocas constantes de saberes, em que os agricultores sejam os atores responsáveis pela construção do seu espaço, seja profícua para a percepção de novas oportunidades produtivas, sejam elas agrícola ou não-agrícolas, sendo a prática orgânica um primeiro e sólido passo para atingir tal objetivo.

2. Produção orgânica como forma de resistência

A produção orgânica está intrinsecamente ligada ao que vimos na primeira seção sobre a definição que (Ploeg, 2008) dá ao termo *resistência*. Tal constatação se justifica

pelo fato de que o modo de produção orgânico está alicerçado na ciência agroecológica, a qual comunga com os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento rural.

Sobre os conceitos e princípios da Agroecologia Caporal e Costabeber (2004, p. 12), esclarecem que

na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

A produção orgânica exige, portanto, que haja uma profunda reversão no relacionamento entre Homem e Natureza, recuperando valores que o processo de industrialização da agricultura, representado pela Revolução Verde, obscureceu ao longo desse meio século de uma cultura totalmente voltada ao mercado.

O ponto que nos interessa sublinhar no conceito de Agroecologia está relacionado ao necessário equilíbrio entre a racionalidade econômica-produtiva e o agroecossistema. Nesse sentido, adotamos como ferramenta de suporte a Perspectiva Orientada aos Atores (POA), a qual “oferece alternativas teóricas e metodológicas para a análise dos processos sociais e econômicos, bem como alguns conceitos chaves. O primeiro deles é o de agência” (GAZOLLA e PELEGRINI, 2010, p. 4).

A noção de *agency* (capacidade de agente) visualiza o ator individual com capacidade para buscar soluções mesmo em situações adversas. Conforme Menezes e Malagodi (2009, p. 6),

(...) esta capacidade de agente é também o elemento constituinte das coletividades: grupos, categorias sociais, representantes de estado, organizações de igreja, por exemplo, aparecem como forças capazes de agir nos eventos, processos sociais, relações entre os atores, etc. A concepção geral de “agente” ou de “capacidade de agente” assume como um *a priori* que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades,

possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais.

Os autores Gazolla e Pelegrini (2010) enfatizam que a noção de agência não significa que o indivíduo possa realizar as mudanças sociais sozinho. Pelo contrário, agência se vincula a noção de constante interação em entre os atores, inclusive entre outros processos sociais, econômicos e culturais. Assumindo uma dimensão multiescalar (global, nacional, regional e local) em que as diferentes escalas que compõem o processo de desenvolvimento rural consigam dialogar entre si, estabelecendo ritmo para a construção do espaço de forma horizontal.

Um ponto que precisa ser mencionado é o papel da mulher na introdução dos princípios da Agroecologia. Em pesquisa realizada por Karam (2004) a autora verificou que ao longo da pesquisa a mulher respondeu positivamente aos desafios de iniciar algo novo, ao mesmo que desafia a produção convencional ao colocar em prática *saberes* trazidos de gerações passadas. Nas palavras da autora,

(...) É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Ela silenciosamente faz as articulações e ‘costuras’ do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade. Então, conhecer e desvendar o seu papel em processos de novas ruralidades é entendido aqui como fundamental, e é nessa direção que apontam as considerações apresentadas. Mesmo que essas considerações sejam parciais, espera-se que possam contribuir para o debate em questão (KARAM, 2004, p.304)

Procurando estabelecer uma relação, mesmo que preliminar e bastante superficial, entre os elementos conceituais vistos até aqui com uma possibilidade de aplicabilidade dos mesmos, realizamos entrevista com representante da EMATER do município de Cândido Godói, e com produtora participante do projeto, com o objetivo de identificar sinalizações que identificassem o projeto “ATER Agroecologia” com a perspectiva da resistência.

2.1 – Projeto ATER Agroecologia no município de Cândido Godói

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA vêm integrando novos conceitos e diretrizes na Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, cujo foco é a agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Desde 2003, atendendo as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, foram lançadas várias chamadas públicas de ATER que financiaram a atividade de extensionistas, qualificando um conjunto significativo de técnicos/as para atuarem com o enfoque agroecológico (BIANCHINI e MEDAETS, s/a).

Conforme o MDA,

o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2013-2015, elaborado pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (conforme o inciso I do art. 9º da Pnapo), com ampla participação da sociedade representada na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), busca implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais, constituindo-se em instrumento de operacionalização da Pnapo e de monitoramento, avaliação e controle social das ações ali organizadas. (WWW.MDA.ORG.BR/PLANAPO)

O projeto ATER Agroecologia compõe o terceiro eixo (conhecimento) do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, cujas medidas previstas são:

1. Fortalecer e ampliar as práticas produtivas dos agricultores agroecológicos e orgânicos.
2. Estimular a incorporação de práticas de manejo sustentável do solo, água e insumos, incentivando a transição para sistemas sustentáveis de produção.
3. Promover a qualificação dos agricultores familiares na gestão das suas organizações econômicas. (WWW.MDA.ORG.BR/PLANAPO)

Numa tentativa de aproximação entre os objetivos e medidas previstas no PLANAPO com uma experiência em fase inicial de execução, realizamos uma entrevista com o representante da EMATER responsável pela implementação do programa no município de Cândido Godói, na localidade de Linha Acre, onde serão assistidas 25 famílias de pequenos produtores rurais. Também entrevistamos produtora participante. Para manter o anonimato dos nossos entrevistados, denominamos o representante da EMATER como E.Linha Acre e a produtora como P.Linha Acre.

Com relação aos objetivos do projeto, o representante da EMATER, esclareceu que,

A Chamada Pública da Agroecologia (“PROJETO ATER AGROECOLOGIA”) tem como objetivos incrementar, fortalecer e difundir os

Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroextrativistas no âmbito da agricultura familiar; consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. (E.Linha Acre)

Um ponto que merece ser destacado é sobre a exigência de participação mínima de 50% de mulheres no total dos beneficiados. A questão do gênero para o sucesso de projetos alternativos, não é recente. Um exemplo de sucesso que serve como inspiração na busca de “portas de saída” para melhorar a qualidade de vida de nichos populacionais mais pobres é o Banco *Grameen*, concebido em 1976, pelo então, professor de Economia Rural Muhammad Yunus. Para ele não bastava conhecer os locais onde havia maior concentração de pessoas pobres. Foram necessários maiores esforços para separar dentro desse grupo, os mais pobres entre os pobres e dentro destes as mulheres. Estas porque escolhem em primeiro lugar os filhos e em segundo lugar a casa em sua escala de prioridades de alocação de dinheiro (YUNUS,2006).

Além disso, conforme já mencionamos anteriormente, as mulheres possuem papel relevante na transferência dos *saberes* trazidos das gerações passadas. Valores como reciprocidade, ajuda mútua e solidariedade são transmitidos de forma espontânea na educação dos filhos, o que deve facilitar a compreensão dos princípios da ciência agroecológica, a qual está intrinsecamente conectada com o respeito a natureza, valor que nos parece deixado de lado pelas práticas agrícolas convencionais, produtoras de *commodities*.

Uma questão que julgamos delicada é o longo período de utilização de agrotóxicos na localidade. São mais de cinquenta anos contaminando o meio ambiente e a própria mente dos agricultores, os quais, muitas vezes, não conseguem associar o uso de agroquímicos como algo maléfico. Sobre esse assunto questionamos a produtora participante do projeto. Em sua opinião o projeto é “o começo de uma mobilização para conscientizar as pessoas envolvidas e também a comunidade sobre o uso de agrotóxicos nos pomares, horta e lavoura, seus efeitos e impactos ambientais”(P.Linha Acre).

O representante da EMATER afirma que são “sabedores do intenso uso de agroquímicos nessas propriedades, no entanto, não existe dados de pesquisa do grau de contaminação e o programa prevê um período de transição para a redução de possíveis contaminações do solo e da água (E.Linha Acre).

Com relação a possibilidade de comercialização da produção, o representante da EMATER afirmou que “num primeiro momento o programa visa possibilitar aos agricultores familiares produzir alimentos saudáveis e sem contaminação para alcançar a segurança e soberania alimentar na propriedade”. O que não exclui a possibilidade de futuramente se inserirem no mercado através de selos de certificação. Cenário almejado pelos produtores participantes, segundo a produtora entrevistada.

Consideramos que o quesito relacionado à comercialização dos produtos orgânicos merece maior cuidado por parte dos gestores do programa. Nossa preocupação se fundamenta em experiências em que a introdução de produtos orgânicos no mercado conduziram, ao contrário do esperado, à exclusão de parcelas mais frágeis de produtores à exclusão desse processo.

Um dos principais pontos que ligam a produção orgânica ao processo de Desenvolvimento Rural é, sem dúvida, o fato de possibilitar a inclusão da Agricultura Familiar, uma vez que não requer produção em escala. Os autores Caumo e Staduto (2014, p.5) elencam cinco argumentos que sustentam a afirmação da inserção da agricultura familiar no sistema de produção orgânico, os quais resumimos a seguir:

- 1º. As *Commodities* agrícolas tradicionais requerem escala de produção, enquanto a agricultura orgânica tem desempenho econômico melhor em termos de custos efetivos menores, maior relação benefício-custo e maior renda;
- 2º. Os produtores familiares têm características de nicho de mercado, que visam atender um segmento restrito e seletivo de consumidores, com disponibilidade de pagar um preço superior por esses produtos;
- 3º. Possibilidade de inserção dos pequenos agricultores organizados em cooperativas ou associações nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos através da implementação de selos de qualidade, *marketing* de negociação de vendas e de gestão das atividades produtivas;
- 4º. Como os produtos ofertados são especializados, não despertam o interesse de grandes produtores agropecuários;
- 5º. O pequeno produtor tem vantagem em relação aos demais grupos de produtores com a diversificação da produção orgânica e com a diminuição da dependência de insumos

externos. Além de maior segurança em termos de renda, uma vez que reduz a vulnerabilidade em relação às incertezas climáticas e sazonalidade.

O ponto que nos chama a atenção em relação aos argumentos mencionados pelos autores é que todos estão relacionados ao mercado. Sem querer desmerecer a importância dos resultados econômicos, mas compreendendo que esta não é a única variável a ser considerada no processo de desenvolvimento rural, nos questionamos se não se está repetindo a forma de ver o território como um receptáculo, impondo “pacotes” para cumprir o que Brandão (2012), chama de “as exigências da globalização”?

A exacerbada importância da escala global na agricultura, que vincula o uso do solo à produção de *commodities*, integra-se ao modelo que levou a mesma lógica de produção industrial ao campo. Um modelo conhecido como “Revolução Verde” com início no Brasil na década de 1960. O autor Norder (2009, p. 63) explica que a apropriação industrial do processo de produção agropecuária foi responsável pelo descompasso entre as condições locais e o sistema produtivo, “dentre as quais a natureza e a ecologia, as peculiaridades da força de trabalho, a elaboração de produtos com características culturais e regionais”. Realidade que fez aumentar a vulnerabilidade dos produtores com relação aos agentes externos, com total falta de comunicação entre as escalas intermediárias.

Brandão (2012, p. 35) ainda alerta que esse modo economicista de ver território nega

a natureza das hierarquias (impostas em várias escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo esse “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade, teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global.

Apesar da distância ainda percebida entre as duas visões de território, apontadas no início do texto, só conseguimos assimilar uma “porta de saída” a partir das possibilidades abertas pela prática do conceito de escalas, as quais “são elaborações sociais conflituosas, são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com vários agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto” (BRANDÃO, 2011, p. 5).

O autor explica ainda que,

A agenda de investigação crítica deve assumir que não existe um modelo canônico a ser seguido no processo de desenvolvimento, mas uma pluralidade de vias, uma variedade de trajetórias históricas possíveis; a importância de entender o funcionamento da “máquina capitalista” em suas expressões espaciais histórico-concretas; o desafio de pensar o Tempo-

Espaço do processo de desenvolvimento; a urgência em tratar dinamicamente o papel das escalas espaciais (locais, regionais, nacionais, mundiais etc) nesses processos estruturais (BRANDÃO, 2011, p. 5).

Assim como o conceito de desenvolvimento, quando pensamos em escalas relacionadas à produção orgânica, também só podemos compreender seu significado e funcionalidade dentro de uma perspectiva analítica multidisciplinar, em que os vários saberes se encontram e ao se mesclarem constituem nova forma de interpretação dos fenômenos que fazem parte do cotidiano dos diferentes atores envolvidos na dinâmica que circunda a ciência agroecológica.

Nesse sentido, deve-se refutar as interpretações simplistas que consideram que o local “pode tudo”, desde que tenha vantagens competitivas, bastando estimular o potencial empreendedor dos agentes internos. Com exagerada valorização da capacidade endógena de determinado território para repetir casos virtuosos de outras localidades a partir da aplicação de modelos desenhados por planejadores externos (BRANDÃO, 2009).

Em Vainer (2001, p. 142) o autor identifica correntes de pensamento que percebem o local como centro de gestão do global, em que “os governos locais, mais eficazmente que qualquer outra instituição ou nível escalar estão em condições de: a) atrair e promover a competitividade das empresas; b) oferecer base histórica e cultural para a integração dos indivíduos”.

O autor traz uma interpretação do *local*, com base em Duncan e Savage (1989), que não nos deixa dúvidas sobre o espaço que separa correntes tradicionais, as quais interpretam o território como receptor e as novas correntes ligadas ao desenvolvimento regional, em que o espaço territorial é construído pelos atores sociais. Vejamos a descrição dos autores para o *local*:

Perhaps the most irritating feature of ‘locality research’ is the variety of quite different meanings and uses ascribed to ‘locality’. This, it is unanimously agreed, was one of the chief failings of the earlier tradition of community research, which also tried to specify how space made a difference to social process. <...> Gregson <...> identifies eight common uses. Worse – (worst?). some of these uses are contradictory but even so writers shift from one to another even within the same piece of work. This is of course not surprising given that ‘locality’ was rarely specified prior to use, with little or no examination of what the concept was. (DUNCAN and SAVAGE, 1989, p. 193 *apud* VAINER, 2001, p. 142)

A produção de produtos orgânicos é um segmento que está sujeito aos fascínios da visão mercantilista, facilitadora de ganhos adicionais e que enxerga o local como espaço a ser explorado. Os autores Assis e Romeiro (2002) destacam que o que se observa

na agricultura orgânica junto a alguns estratos de agricultores, em especial os de maior nível de capitalização, é um risco do estabelecimento de sistemas de produção com base em tecnologias de produtos, que não se afastam fundamentalmente na forma dos sistemas convencionais de produção. Isto ocorre, na medida que para estes agricultores o desejo implícito, enquanto agentes econômicos, de aumento de eficiência a partir da simplificação dos sistemas de produção é exacerbada em detrimento de uma maior complexificação desejadas em sistemas agroecológicos (ASSIS e ROMEIRO,2002, p.16).

Os mesmos autores destacam a necessidade de reduzir os impactos da inserção da produção orgânica no mercado, de forma que se dê sem que a prática agrícola que a envolve se perca dos princípios da ciência agroecológica, buscando equilíbrio entre os parâmetros ecológicos, agronômicos, econômicos e sociais. Com o afastamento da produção orgânica dos fundamentos da agroecologia corre-se o risco de excluir parcela significativa de produtores com menos condições de atender exigências de mercado, repetindo os mesmos erros do sistema tradicional, cujas consequências conhecemos bem.

Como última questão, perguntamos aos nossos entrevistados sobre a forma como são realizadas as reuniões. O representante da EMATER respondeu que a instituição “trabalha mediante processos educativos e participativos, construindo as ações coletivas e individuais a partir da realidade existente” (E.Linha Acre). Segundo a agricultora participante nas reuniões “todos tem voz e vez” (P. Linha Acre).

Nos parece claro que a compreensão e a vivência dos princípios da agroecologia somente são possíveis através de um processo participativo, com o engajamento dos atores envolvidos.

Considerações Finais

A leitura das respostas dos entrevistados permite fazer algumas ligações com os conceitos apresentados ao longo do presente artigo. Primeiramente nos permitimos trazer um trecho do texto de Ploeg (2008) transcrito na primeira seção, em que o autor diz que a resistência “*se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala*”. Acreditamos que este seja o elemento central da nossa análise, uma vez que se conecta com a realidade da localidade onde está sendo executado o projeto em questão. O município de Cândido Godói tem sua economia basicamente voltada ao cultivo das *commodities*: trigo, milho e soja, voltadas,

principalmente, ao atendimento do mercado externo. Culturas que se viabilizam em alta escala produtiva, relegando pequenos produtores rurais à margem desse sistema produtivo.

Consideramos que o Projeto ATER Agroecologia traz importantes sinalizações que o aproximam da perspectiva da resistência. Nossa consideração se fundamenta em três pontos de análise.

A primeira questão que observamos como relevante é a visão multiescalar do projeto. O fato de estar dentro de um planejamento nacional, mas utiliza a dimensão regional para sua aplicabilidade e esta se comunica com o local (via comunidades), demonstra que existe diálogo e comprometimento entre as escalas. Julgamos este ponto extremamente importante, pois foge da visão de extremos, em que ou a escala local pode tudo ou, em outras situações, delega-se ao mercado o “poder” para atingir o equilíbrio.

A segunda observação está relacionada a última pergunta da entrevista. Sobre o processo de participação dos atores e a valorização de seus saberes. As respostas dos entrevistados transmitem o espírito de construção social do espaço, o que nos remete tanto à perspectiva dos meios de vida como da POA (Perspectiva Orientada ao Atores. Dois conceitos fundamentais ao processo de Desenvolvimento Rural, uma vez que as perspectivas consideram a capacidade dos atores perceberem novas possibilidades e adotar, a partir de suas idiossincrasias, estratégias que promovam resistência ao modelo produtivo convencional.

Como última questão a ser observada, cabe considerar que o projeto ATER Agroecologia traz importantes elementos que o associam à perspectiva da resistência. A forma como nos parece estar sendo conduzido o projeto, com participação coletiva, construção de “baixo para cima”, tempo de maturação em função do longo período com uso de agrotóxicos, além da não vinculação no primeiro momento ao mercado e sim a melhora da qualidade nutricional das famílias, transmitem o sentimento da existência de uma base sólida, que seja capaz de modificar gradativamente a paisagem da localidade em questão.

Introduzir nova cultura dentro dos princípios da ciência agroecológica não é tarefa simples, são mais de 50 anos de vivência em uma cultura que pode ser considerada antônimo do que se compreende como agroecologia. Os desafios e obstáculos deverão ser muitos. Mas, como já mencionamos em outro momento, é um primeiro e importante passo no processo de desenvolvimento rural.

Referências

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v.6. p. 67-80, 2002. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22129/14493>

BRANDÃO, Carlos. **Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas:Ed. UNICAMP, 2012.

_____. **Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas**, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55553470/Visoes-teoricas-sobre-desenvolvimento-regional>

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – CIAPO. Brasil Agrecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. MDA, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Disponível em: <http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/Agroecologia-Conceitos-e-principios1.pdf>

CAUMO, Alessandra Juliana; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Produção Orgânica: Uma Alternativa na Agricultura Familiar**. 2014. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2346>

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. IDS discussion paper. Brighton: n. 296. p.1-33, 1992, *apud* SCHNEIDER, Sergio e PERONDI, Miguel Angelo. **Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida**. REDES – Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul (RS), v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012 <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/846.pdf>

DEPONTI, Cidonea Machado. **Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate**. XLV Congresso SOBER. Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/30.pdf>

DUNCAN, Simon and SAVAGE, Mike. **Space, scale and locality**, 1989, in. Antipode, 21:3, pp. 179-206 *apud* VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Anais do ENANPUR*, 2001. P.140-151. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../2147/2100

GAZOLLA, M e PELEGRINI, G. **Novos mercados para a agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos**. In: Schneider e Gazolla (Org). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Parte II. p. 133-150

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002

KARAM, Karen Follador. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades**. Estudos Feministas. Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21704.pdf>

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Técnicas de Pesquisa*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

MENDRAS, Henri. **A cidade e o campo**. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). *Sociologia Rural*. RJ: Jorge Zahar, 1969.

MENEZES, M; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Campina Grande, 2009. (Texto preliminar de circulação restrita para pesquisa IPODE)

NORDER, Luiz Antonio C. **Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial**. In: Schneider, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2009. p. 59-83.

PERONDI, Miguel Angelo. **Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva**. XLV Congresso SOBER. Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/869.pdf>

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2008. Capítulo 10. O princípio camponês. p. 285-312

SCHNEIDER, Sergio e PERONDI, Miguel Angelo. **Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida**. REDES – Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul (RS), v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012
<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/846.pdf>

SCHNEINER, Sérgio et al. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. In. *A diversidade da Agricultura familiar*. 2. ed. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2009. p. 59-83.

VAINER, Carlos B. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* Anais do ENANPUR, 2001. P.140-151. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../2147/2100

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.